

**FORMAÇÃO DE PROFESSORES, SAÚDE MENTAL E DOCÊNCIA NO
CONTEXTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL**

**TEACHER TRAINING, MENTAL HEALTH, AND TEACHING IN THE CONTEXT
OF SPECIAL EDUCATION**

**FORMACIÓN DEL PROFESORADO, SALUD MENTAL Y DOCENCIA EN EL
ÁMBITO DE LA EDUCACIÓN ESPECIAL**

Luiz Fernando Ridolfi

Mestre em Intervenção Psicológica no Desenvolvimento e na Educação
Universidad Europea del Atlántico (UNEATLANTICO), Santander, Espanha

E-mail: luizridolfi@hotmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4918-0420>

Claudiney Paiva de Brito

Mestrando em Ciências da Educação e Ética Cristã
Ivy Enber Christian University (ENBER), Flórida, USA

Orcid: <https://orcid.org/0009-0008-4995-5816>

Heloisa do Rosário

Mestranda em Educação com ênfase em Formação de Professores
Universidad Europea del Atlántico (UNEATLANTICO), Santander, Espanha

Orcid: <https://orcid.org/0009-0006-7482-4207>

Maria Antonia Barreiros de Moura

Mestranda Profissional em Educação Inclusiva
Instituto Federal do Amazonas (IFAM), Amazonas, Brasil

Gustavo Cerqueira Mantovani

Mestrando em Educação com ênfase em Formação de Professores
Universidad Europea del Atlántico (UNEATLANTICO), Santander, Espanha

Fabiano Corrêa

Mestrando em Educação com ênfase em Formação de Professores
Universidad Europea del Atlántico (UNEATLANTICO), Santander, Espanha

Orcid: <https://orcid.org/0009-0005-9587-2147>

Maria Arleide Lima dos Santos

Mestra em Ciências da Educação
São Luís University (SLU), Orlando, Flórida, USA

Erison Borin

Mestrando em Tecnologias Emergentes na Educação
Must University (MUST), Florida, USA
Orcid: <https://orcid.org/0009-0009-7285-6960>

Silvia Mara Landim de Carvalho

Mestra em Educação com ênfase em TIC's na Educação
Universidad Europea del Atlántico (UNEATLANTICO), Santander, Espanha

Resumo

O presente estudo analisa a relação entre formação de professores, saúde mental e exercício da docência no contexto da Educação Especial, com foco nas implicações das condições formativas e laborais para o adoecimento psíquico e o bem-estar docente. Parte-se do pressuposto de que a atuação em contextos inclusivos impõe demandas específicas que tensionam a formação inicial e continuada, exigindo competências pedagógicas, emocionais e relacionais frequentemente não contempladas de modo suficiente nos processos formativos. Metodologicamente, trata-se de uma revisão integrativa da literatura, de natureza qualitativa, interpretativa e crítico-analítica, desenvolvida a partir da análise sistemática de produções científicas nacionais e internacionais sobre formação docente, saúde mental e inclusão escolar. Os estudos selecionados foram submetidos à análise de conteúdo temática, possibilitando a identificação de categorias analíticas emergentes relacionadas às condições de trabalho, às fragilidades formativas e aos processos de adoecimento docente. Em contrapartida, identificam-se estratégias de enfrentamento centradas no apoio entre pares, na resignificação do trabalho pedagógico e na busca por formação continuada. Como contribuição, o estudo propõe a articulação entre formação docente e políticas institucionais de cuidado como eixo estruturante para a promoção da saúde mental no campo da educação especial, indicando a necessidade de modelos formativos mais integrados, que considerem simultaneamente dimensões técnicas e psicossociais da docência.

Palavras-chave: Formação de professores; Saúde mental docente; Educação especial; Adoecimento psíquico; Condições de trabalho.

Abstract

This study examines the relationship between teacher education, mental health, and teaching practice in the context of special education, focusing on the implications of educational and workplace conditions for mental health issues and teacher well-being. It is based on the assumption that working in inclusive settings imposes specific demands that place strain on initial and continuing education, requiring pedagogical, emotional, and relational competencies that are often not sufficiently addressed in training programs. Methodologically, this study is an integrative

literature review of a qualitative, interpretative, and critical-analytical nature, based on the systematic analysis of national and international scientific publications addressing teacher education, mental health, and inclusive education. The selected studies were examined through thematic content analysis, enabling the identification of analytical categories related to working conditions, training limitations, and processes of psychological distress among teachers. In contrast, coping strategies centered on peer support, reframing pedagogical work, and seeking continuing education were identified. As a contribution, the study proposes linking teacher training with institutional care policies as a structural framework for promoting mental health in the field of special education, highlighting the need for more integrated training models that simultaneously address the technical and psychosocial dimensions of teaching.

Keywords: Teacher training; Teachers' mental health; Special education; Mental illness; Working conditions.

Resumen

El presente estudio analiza la relación entre la formación del profesorado, la salud mental y el ejercicio de la docencia en el contexto de la educación especial, centrándose en las implicaciones que tienen las condiciones formativas y laborales para los trastornos psíquicos y el bienestar del profesorado. Se parte de la premisa de que el desempeño en contextos inclusivos impone exigencias específicas que suponen un reto para la formación inicial y continua, requiriendo competencias pedagógicas, emocionales y relacionales que a menudo no se contemplan de manera suficiente en los procesos formativos. Metodológicamente, se trata de una revisión integradora de la literatura, de naturaleza cualitativa, interpretativa y crítico-analítica, desarrollada a partir del análisis sistemático de producciones científicas nacionales e internacionales sobre formación docente, salud mental e inclusión escolar. Los estudios seleccionados fueron sometidos a análisis de contenido temático, permitiendo la identificación de categorías analíticas emergentes relacionadas con las condiciones laborales, las fragilidades formativas y los procesos de sufrimiento psíquico docente. Por el contrario, se identifican estrategias de afrontamiento centradas en el apoyo entre compañeros, en la reinterpretación del trabajo pedagógico y en la búsqueda de formación continua. Como aportación, el estudio propone la articulación entre la formación del profesorado y las políticas institucionales de atención como eje estructurante para la promoción de la salud mental en el ámbito de la educación especial, señalando la necesidad de modelos formativos más integrados, que tengan en cuenta simultáneamente las dimensiones técnicas y psicosociales de la docencia.

Palabras clave: Formación del profesorado; Salud mental del profesorado; Educación especial; Enfermedad mental; Condiciones laborales.

1. INTRODUÇÃO

A docência contemporânea, especialmente no contexto da Educação Especial, tem se configurado como uma atividade de elevada complexidade, exigindo do professor não apenas domínio de conteúdos pedagógicos, mas

também competências emocionais, relacionais e adaptativas diante de demandas cada vez mais heterogêneas.

Nesse cenário, a articulação entre formação docente e saúde mental emerge como um campo crítico de investigação, na medida em que as condições de exercício profissional têm se mostrado diretamente implicadas nos processos de sofrimento psíquico e adoecimento docente.

Sob a perspectiva da psicodinâmica do trabalho, Dejours (2007) sustenta que o trabalho pode constituir simultaneamente uma fonte de realização e de sofrimento, dependendo das condições objetivas e simbólicas em que se organiza. Para o autor, o sofrimento emerge quando há um descompasso entre o desejo de realização do sujeito e as possibilidades concretas de ação no ambiente laboral. Essa formulação torna-se particularmente relevante no campo educacional, onde o trabalho docente frequentemente se desenvolve sob condições de precarização, intensificação e baixa valorização social.

No âmbito da Educação Especial, tais tensões tendem a ser ainda mais acentuadas. Professores que atuam com estudantes com deficiência enfrentam demandas específicas relacionadas à adaptação curricular, uso de tecnologias assistivas, mediação de processos inclusivos e gestão de múltiplas necessidades educacionais.

Entretanto, evidências recentes indicam que a formação inicial e continuada desses profissionais não tem sido suficiente para responder à complexidade dessas exigências. Estudos apontam que muitos docentes se sentem despreparados para atuar em contextos inclusivos, especialmente no que se refere à elaboração de estratégias pedagógicas diferenciadas e ao manejo de situações que envolvem aspectos emocionais e comportamentais dos estudantes (Ridolfi *et al.*, 2026; Bueno *et al.*, 2025).

Essa lacuna formativa se articula diretamente com o campo da saúde mental docente. Pesquisas contemporâneas têm demonstrado a elevada incidência de estresse, ansiedade e síndrome de *burnout* entre professores, com destaque para

aqueles inseridos na Educação Especial (Ridolfi *et al.*, 2025). Uma revisão integrativa da literatura identificou a emergência do *burnout* como um fenômeno significativo entre esses profissionais, evidenciando a associação entre sobrecarga de trabalho, demandas emocionais intensas e ausência de suporte institucional.

De modo convergente, estudos mais recentes ressaltam que os professores da Educação Especial enfrentam “desafios e pressões singulares”, cuja intensidade impacta diretamente seu bem-estar psicológico e sua permanência na profissão (Trevisan; Ridolfi; Paula, 2026).

Além disso, o contexto pós-pandêmico intensificou ainda mais essas problemáticas, ampliando as exigências sobre os docentes e evidenciando fragilidades estruturais nos sistemas educacionais. Investigações internacionais indicam que professores apresentam níveis de sofrimento psíquico superiores aos de outras categorias profissionais, sobretudo em contextos marcados por mudanças abruptas nas práticas pedagógicas e aumento da carga de trabalho (Kush *et al.*, 2021).

Esse cenário reforça a necessidade de compreender a saúde mental docente não como uma questão individual, mas como um fenômeno estrutural, intrinsecamente vinculado às condições de trabalho e aos modelos de formação profissional.

Do ponto de vista teórico, contribuições de Clot (2010) ampliam essa análise ao introduzir o conceito de “trabalho impedido”, referindo-se às situações em que o sujeito é impossibilitado de exercer plenamente sua atividade, mobilizando seus saberes e competências.

No campo educacional, essa condição se manifesta quando o professor, embora formado para promover a aprendizagem e a inclusão, encontra barreiras institucionais, organizacionais e formativas que limitam sua atuação. Tal impedimento não apenas compromete a eficácia pedagógica, mas também produz sofrimento psíquico, uma vez que frustra o sentido atribuído ao trabalho.

Nesse contexto, a formação de professores assume papel central. Como destacam estudos recentes, a formação docente em Educação Especial ainda apresenta fragilidades significativas, sobretudo no que se refere à integração entre teoria e prática, à abordagem de dimensões psicossociais da docência e ao desenvolvimento de competências para lidar com a diversidade e a inclusão (Bueno *et al.*, 2025; Ridolfi *et al.*, 2026b)

A ausência de uma formação que contemple tais dimensões contribui para a intensificação do sofrimento docente, uma vez que o professor se vê diante de demandas para as quais não se sente preparado.

Diante desse cenário, evidencia-se uma lacuna relevante na produção científica: embora existam estudos sobre formação docente e sobre saúde mental de professores, ainda são incipientes as investigações que articulam de forma integrada esses dois campos no contexto específico da educação especial. Tal lacuna limita a compreensão das relações entre processos formativos, condições de trabalho e adoecimento psíquico, dificultando a proposição de políticas e práticas educacionais mais efetivas.

Além de analisar empiricamente as relações entre formação docente, saúde mental e inclusão escolar, o presente estudo avança ao propor uma leitura teórica integrada e original desse campo, superando abordagens fragmentadas predominantes na literatura.

Argumenta-se que tais dimensões não operam de forma isolada, mas constituem um sistema estrutural interdependente, no qual fragilidades em um dos eixos tendem a produzir efeitos cumulativos sobre os demais.

Nesse sentido, o artigo propõe o Modelo Estrutural Integrado da Inclusão, Formação Docente e Saúde Mental, segundo o qual: 1) a inclusão escolar, quando implementada sem sustentação institucional adequada, tende a operar como dispositivo normativo de baixa efetividade; 2) a formação docente, embora central, apresenta limites quando não articulada às condições concretas de trabalho; e 3) a

saúde mental docente emerge como indicador crítico das tensões estruturais entre demandas institucionais e possibilidades reais de ação pedagógica.

A originalidade desta proposição reside na articulação entre três campos frequentemente tratados de forma dissociada, permitindo compreender o adoecimento docente não como fenômeno individual, mas como expressão de uma configuração estrutural marcada por assimetrias entre normatividade educacional e materialidade das práticas escolares. Com isso, o estudo contribui para o avanço do campo ao oferecer um referencial analítico integrador, com implicações tanto teóricas quanto para a formulação de políticas educacionais.

Assim, o presente estudo parte da seguinte problemática: em que medida a formação de professores influencia a saúde mental docente no contexto da educação especial, considerando as exigências contemporâneas da educação inclusiva? Como objetivo, busca-se analisar a relação entre formação docente, condições de trabalho e saúde mental de professores que atuam na educação especial, investigando os fatores que contribuem tanto para o sofrimento quanto para o fortalecimento do bem-estar psíquico.

Ao propor essa articulação, o estudo pretende contribuir para o avanço teórico e empírico do campo, ao defender que a promoção da saúde mental docente não pode ser dissociada dos modelos de formação e das condições institucionais de trabalho. Nesse sentido, sustenta-se a necessidade de uma abordagem integrada, que reconheça a docência como prática simultaneamente técnica, relacional e subjetiva, demandando políticas formativas e organizacionais que considerem a complexidade do trabalho educativo em contextos inclusivos.

2. REVISÃO DA LITERATURA

2.1 Trabalho docente, subjetividade e sofrimento psíquico: uma leitura a partir das transformações do trabalho contemporâneo

A análise da saúde mental docente no contexto contemporâneo demanda uma abordagem que ultrapasse perspectivas individualizantes e psicologizantes, situando o sofrimento psíquico no interior das transformações estruturais do trabalho. Nesse sentido, a psicodinâmica do trabalho, formulada por Christophe Dejours, constitui um referencial teórico fundamental ao afirmar que o trabalho é simultaneamente espaço de realização subjetiva e de produção de sofrimento, dependendo das condições concretas de sua organização (Dejours, 2007). Para o autor, o sofrimento surge quando o sujeito não consegue transformar a organização do trabalho em um espaço de expressão de sua inteligência prática, o que evidencia a centralidade das condições institucionais na produção do adoecimento.

Essa abordagem é aprofundada por Yves Clot, que introduz o conceito de “trabalho impedido”, referindo-se às situações em que o trabalhador é privado da possibilidade de exercer plenamente sua atividade, mobilizando seus saberes e valores (Clot, 2010). No campo educacional, essa noção adquire especial relevância, uma vez que o professor, frequentemente, se vê impedido de realizar o trabalho pedagógico que considera adequado, em razão de limitações institucionais, curriculares e formativas.

A essas contribuições soma-se a perspectiva de Pierre Bourdieu, cuja análise sobre os mecanismos de reprodução social permite compreender como a escola, ao mesmo tempo em que se apresenta como espaço de emancipação, pode operar como instância de reprodução de desigualdades (Bourdieu; Passeron, 1970). Nesse contexto, o trabalho docente é atravessado por contradições estruturais que tensionam a prática pedagógica, produzindo efeitos sobre a subjetividade dos professores.

De forma complementar, Richard Sennett argumenta que as transformações do capitalismo contemporâneo, marcadas pela flexibilização, precarização e instabilidade que produzem impactos profundos na identidade profissional e na saúde mental dos trabalhadores (Sennett, 2006). No caso da docência, essas transformações se expressam na intensificação do trabalho, na ampliação das

responsabilidades e na exigência de competências múltiplas, muitas vezes não acompanhadas de reconhecimento institucional.

No contexto brasileiro, essas transformações assumem contornos específicos, marcados pela intensificação do trabalho docente em sistemas educacionais historicamente desiguais. Estudos recentes têm evidenciado que o adoecimento psíquico de professores no Brasil está fortemente associado à precarização das condições de trabalho, à sobrecarga burocrática e à ampliação das demandas socioemocionais impostas à escola (Ridolfi *et al.*, 2026b).

Pesquisas desenvolvidas por Selma Garrido Pimenta e José Carlos Libâneo indicam que a docência contemporânea no país tem sido atravessada por um processo de intensificação que compromete a autonomia profissional e fragiliza as condições de exercício pedagógico. De forma convergente, análises mais recentes apontam que a saúde mental docente deve ser compreendida como expressão de um cenário estrutural de desvalorização profissional e instabilidade institucional (Bueno *et al.*, 2025).

No campo da saúde mental, estudos nacionais contemporâneos destacam o crescimento de quadros de esgotamento emocional e *burnout* entre professores da Educação Básica, especialmente em contextos de inclusão escolar, nos quais as exigências pedagógicas e relacionais são significativamente ampliadas (Ridolfi *et al.*, 2025) Esses achados reforçam a necessidade de situar a análise do sofrimento docente no interior das condições concretas de trabalho, evitando interpretações individualizantes.

A literatura recente reforça essas análises ao demonstrar que o trabalho docente tem se configurado como atividade de alta complexidade emocional e cognitiva, especialmente em contextos de inclusão escolar. Estudos indicam que professores enfrentam demandas simultâneas relacionadas ao ensino, à gestão da diversidade, ao suporte socioemocional dos estudantes e ao cumprimento de exigências burocráticas (Darling-Hammond *et al.*, 2022). Esse cenário contribui

para a emergência de quadros de estresse crônico e burnout, evidenciando que o sofrimento docente deve ser compreendido como fenômeno estrutural.

Além disso, autores como Arlie Russell Hochschild introduzem o conceito de “trabalho emocional”, destacando que determinadas profissões, como a docência, exigem a gestão constante das emoções como parte do desempenho profissional (Hochschild, 1983). Essa dimensão emocional intensifica a carga de trabalho e amplia a vulnerabilidade ao adoecimento psíquico.

Dessa forma, a saúde mental docente emerge como um indicador crítico das condições de trabalho no campo educacional, refletindo não apenas aspectos individuais, mas sobretudo as contradições estruturais que atravessam a organização do sistema educacional contemporâneo.

2.2 Educação Inclusiva e neurodiversidade: disputas paradigmáticas e limites da efetivação

A Educação Inclusiva consolidou-se como princípio normativo fundamental, sustentado por marcos legais e políticas públicas que afirmam o direito à educação para todos. Contudo, sua implementação revela tensões significativas entre normatividade e efetividade, exigindo uma análise que considere tanto os fundamentos teóricos quanto as condições práticas de sua realização.

Autores como Mel Ainscow e Tony Booth defendem que a inclusão implica a transformação das culturas, políticas e práticas escolares, configurando-se como processo sistêmico (Ainscow; Booth, 2020). Essa perspectiva desloca o foco do acesso para a participação e a aprendizagem, enfatizando a necessidade de reorganização institucional.

No campo teórico, o conceito de neurodiversidade, proposto por Judy Singer, representa uma ruptura com o modelo biomédico tradicional, ao afirmar que diferenças neurológicas devem ser compreendidas como parte da diversidade humana (Singer, 1999). Essa abordagem é ampliada por Thomas Armstrong, que

argumenta que sistemas educacionais devem ser redesenhados para acolher múltiplas formas de aprendizagem (Armstrong, 2010).

Entretanto, a crítica de Tom Shakespeare evidencia os limites de uma perspectiva exclusivamente social, ao defender uma abordagem integradora que considere a interação entre fatores biológicos e sociais (Shakespeare, 2013). Essa tensão revela que a inclusão escolar não é um campo consensual, mas um espaço de disputas epistemológicas e políticas.

A literatura contemporânea reforça essa complexidade ao demonstrar que muitos sistemas educacionais operam sob uma lógica de inclusão formal, na qual o estudante está presente, mas não necessariamente incluído em termos de aprendizagem. Como destaca Lani Florian, a inclusão exige “ensinar a todos sem recorrer à diferenciação excludente” (Florian, 2021), o que implica uma transformação profunda das práticas pedagógicas.

Além disso, contribuições de Federico R. Waitoller e Alfredo J. Artiles evidenciam que a inclusão está intrinsecamente vinculada a fatores estruturais, como políticas públicas, financiamento e organização institucional (Waitoller; Artiles, 2023). Dessa forma, a efetivação da inclusão não depende apenas da atuação docente, mas de um conjunto de condições sistêmicas.

No contexto brasileiro, a implementação da Educação Inclusiva tem sido marcada por avanços normativos significativos, mas também por limitações estruturais persistentes. Pesquisas recentes evidenciam que a inclusão escolar no país frequentemente se configura como processo de integração formal, no qual o acesso é ampliado sem a correspondente transformação das práticas pedagógicas e das condições institucionais (Trevisan; Ridolfi; Paula, 2026; Bueno *et al.*, 2025).

Esses estudos apontam que a responsabilização individual do professor constitui um dos principais entraves à efetivação da inclusão, uma vez que as demandas por adaptação curricular, atendimento à diversidade e mediação pedagógica não são acompanhadas por suporte formativo e organizacional

adequado. Tal cenário reforça a leitura de que a inclusão, embora normativamente consolidada, permanece limitada em sua efetividade prática.

2.3 Formação de professores e inclusão: entre saberes profissionais, políticas formativas e desafios contemporâneos

A formação de professores constitui eixo central na análise da inclusão escolar, sendo amplamente reconhecida como condição necessária, embora não suficiente, para a implementação de práticas pedagógicas inclusivas.

A contribuição de Lee Shulman permanece fundamental ao destacar que o ensino eficaz depende da articulação entre conhecimento do conteúdo e estratégias pedagógicas, configurando o conceito de *conhecimento pedagógico do conteúdo* (Shulman, 1987). Em contextos inclusivos, essa articulação exige a incorporação de competências relacionadas à diversidade e à adaptação curricular.

Complementarmente, Maurice Tardif enfatiza que os saberes docentes são plurais e situados, sendo construídos na interação entre formação, experiência e contexto institucional (Tardif, 2014). Essa perspectiva reforça a necessidade de modelos formativos que articulem teoria e prática de forma integrada.

No Brasil, a formação docente tem sido amplamente problematizada por sua dificuldade em articular teoria e prática, especialmente no que se refere à educação inclusiva. Estudos contemporâneos indicam que os cursos de licenciatura ainda apresentam lacunas significativas na preparação para o trabalho com a diversidade, mantendo uma abordagem predominantemente teórica e pouco contextualizada (Ridolfi *et al.*, 2026b)

De forma complementar, Antônio Nóvoa (2022), embora com produção internacional, amplamente incorporada no debate brasileiro, argumenta que a formação de professores deve ser construída no interior da profissão, articulando prática, reflexão e colaboração. No entanto, evidências nacionais recentes indicam

que essa perspectiva ainda não se consolidou de forma sistemática nos programas formativos.

No entanto, a literatura contemporânea também evidencia um descompasso entre essas formulações e a realidade dos sistemas de formação. Estudos indicam que a formação inicial frequentemente apresenta lacunas no tratamento da inclusão, enquanto a formação continuada tende a ser fragmentada e desarticulada (Darling-Hammond *et al.*, 2022; European Agency, 2023).

Autores como Linda Darling-Hammond defendem a necessidade de modelos de formação baseados em prática, colaboração e reflexão, capazes de promover mudanças efetivas na atuação docente. Já Andy Hargreaves argumenta que reformas educacionais que não consideram as condições reais de trabalho dos professores tendem ao fracasso (Hargreaves, 2003).

Nesse contexto, a formação docente revela-se como campo marcado por contradições: ao mesmo tempo em que é apresentada como solução para a inclusão, sua fragilidade contribui para a reprodução das dificuldades que busca superar.

2.4 Psicopedagogia, aprendizagem e mediação: interfaces entre subjetividade e prática educativa

A psicopedagogia emerge como campo interdisciplinar que articula dimensões cognitivas, emocionais e sociais do processo de aprendizagem, desempenhando papel relevante na promoção da inclusão. As contribuições de Alicia Fernández enfatizam que o aprender envolve uma relação complexa entre sujeito, desejo e conhecimento (Fernández, 1991). De modo complementar, Jorge Visca propõe uma abordagem que integra níveis individuais e institucionais (Visca, 1987).

Além disso, perspectivas socioculturais, como as de Lev Vygotsky, reforçam que a aprendizagem é mediada socialmente, ocorrendo na interação entre sujeito e

contexto (Vygotsky, 1934/2007). Essa abordagem amplia a compreensão da psicopedagogia como campo de mediação.

Autores contemporâneos indicam que a psicopedagogia pode contribuir para a identificação de dificuldades de aprendizagem, o desenvolvimento de estratégias pedagógicas e o suporte à prática docente. No entanto, sua atuação frequentemente se restringe a intervenções pontuais, limitando seu impacto sistêmico (Ridolfi *et al.*, 2026c)

2.5 Integração entre formação docente, saúde mental e inclusão: para uma leitura estrutural da educação contemporânea

A articulação entre formação docente, saúde mental e inclusão permite avançar para uma compreensão integrada da educação contemporânea. Essa abordagem evidencia que a inclusão não pode ser analisada isoladamente, mas como fenômeno que emerge da interação entre múltiplas dimensões estruturais.

A partir dessa perspectiva, sustenta-se que a inclusão escolar, embora normativamente consolidada, opera frequentemente sob uma lógica de efetividade limitada, caracterizada pela dissociação entre diretrizes legais e práticas concretas. Essa dissociação transfere para o professor a responsabilidade pela implementação da inclusão, sem a correspondente sustentação institucional.

Dessa forma, a efetivação da inclusão depende da construção de mecanismos de mediação capazes de articular dimensões pedagógicas, institucionais e normativas. A ausência dessa articulação constitui um dos principais fatores que explicam a persistência de práticas inclusivas de baixa intensidade transformadora.

Apesar da convergência entre diferentes abordagens quanto à centralidade da formação docente e das condições de trabalho, observa-se uma tensão teórica relevante na literatura. Por um lado, perspectivas como as de Darling-Hammond

ênfatizam a formação como eixo estratégico para a transformação das práticas educacionais.

Por outro, abordagens críticas, especialmente no campo da sociologia da educação e da psicodinâmica do trabalho, indicam que intervenções centradas exclusivamente na formação tendem a produzir efeitos limitados, ao desconsiderarem as determinações estruturais que condicionam o trabalho docente.

Essa tensão revela um ponto de inflexão analítico: enquanto parte da literatura aposta na qualificação docente como solução, outra aponta para a necessidade de transformação das condições institucionais e organizacionais do sistema educacional.

Nesse sentido, sustenta-se que a ênfase exclusiva na formação pode, paradoxalmente, reforçar processos de responsabilização individual do professor, obscurecendo os fatores estruturais que produzem a baixa efetividade da inclusão escolar e o adoecimento docente.

2.6 Delimitação conceitual das categorias analíticas

Neste estudo, Educação Especial é compreendida como modalidade educacional destinada ao atendimento de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, conforme marcos legais brasileiros.

A Educação Inclusiva refere-se ao paradigma educacional orientado pela participação plena de todos os estudantes nos processos escolares, independentemente de suas diferenças.

Neurodiversidade designa a compreensão das diferenças neurológicas como expressões legítimas da diversidade humana, deslocando interpretações exclusivamente patologizantes.

A Psicopedagogia é entendida como campo interdisciplinar voltado à mediação dos processos de aprendizagem em suas dimensões cognitivas, emocionais e sociais.

Para tal, a saúde mental docente refere-se às condições subjetivas, emocionais e psicossociais relacionadas ao exercício profissional. O sofrimento psíquico corresponde às experiências subjetivas de desgaste emocional, frustração e perda de sentido no trabalho.

O *burnout* caracteriza-se como síndrome relacionada ao esgotamento ocupacional crônico, marcada por exaustão emocional, despersonalização e redução da realização profissional. O estresse ocupacional refere-se às respostas físicas e emocionais produzidas por demandas laborais percebidas como excessivas ou incompatíveis com os recursos disponíveis.

3. METODOLOGIA

3.1 Delineamento da pesquisa

O presente estudo caracteriza-se como uma revisão integrativa da literatura de natureza qualitativa e interpretativa, orientada por uma abordagem crítico-analítica. A escolha por esse delineamento fundamenta-se na necessidade de sintetizar, integrar e problematizar evidências científicas heterogêneas acerca da relação entre formação docente, saúde mental e inclusão escolar, possibilitando a construção de inferências teóricas mais abrangentes.

A revisão integrativa distingue-se de outros tipos de revisão por permitir a inclusão de estudos com diferentes delineamentos metodológicos, qualitativos, quantitativos e teóricos, favorecendo uma compreensão ampliada do fenômeno investigado (Whittemore; Knafl, 2005). Essa abordagem é particularmente adequada para áreas complexas e multidimensionais, como a Educação Inclusiva,

nas quais a produção científica apresenta diversidade epistemológica e metodológica.

Adicionalmente, o estudo adota uma perspectiva interpretativa, alinhada à tradição das ciências humanas e sociais aplicadas, na qual a análise não se limita à descrição dos achados, mas busca identificar padrões, tensões e lacunas na literatura (Denzin; Lincoln, 2018).

Embora o estudo adote procedimentos característicos da revisão integrativa, sua natureza ultrapassa a mera síntese descritiva da literatura, assumindo também caráter crítico-interpretativo. Nesse sentido, a pesquisa configura-se como uma revisão integrativa crítica, orientada não apenas pela sistematização de evidências, mas pela problematização teórica das relações entre formação docente, saúde mental e inclusão escolar.

Diferencia-se, portanto, de revisões narrativas tradicionais pela adoção de procedimentos sistemáticos de busca, seleção e análise dos estudos, e de *scoping reviews* por não se limitar ao mapeamento do campo, buscando avançar para a construção de inferências analíticas e proposições teóricas.

3.2 Estratégia de busca e fontes de dados

A busca dos estudos foi conduzida de forma sistemática em bases de dados nacionais e internacionais de reconhecida relevância nas áreas de educação, psicologia e ciências sociais aplicadas, incluindo *Scopus*, *Web of Science*, *SciELO*, *DOAJ* e *Google Scholar*. A inclusão de múltiplas bases visa ampliar a sensibilidade e a abrangência da busca (Petticrew; Roberts, 2006).

A estratégia de busca foi estruturada a partir da combinação de descritores controlados e termos livres, em português e inglês, articulados por operadores, foram utilizados, entre outros, os seguintes descritores: “*teacher training AND inclusive education*”, “*neurodiversity AND school inclusion*”, “*mental health AND*

teachers” e “*psychopedagogy AND learning difficulties*”. Essa estratégia foi adaptada às especificidades de cada base, conforme orientam (Snyder, 2019).

3.3 Critérios de inclusão e exclusão

Foram estabelecidos critérios de elegibilidade previamente definidos, com o objetivo de assegurar a qualidade e a pertinência dos estudos selecionados. Foram incluídos: artigos científicos revisados por pares; publicados entre 2015 e 2026; disponíveis na íntegra; redigidos em português, inglês ou espanhol; que abordassem diretamente pelo menos um dos seguintes eixos: formação docente, saúde mental docente, inclusão escolar, neurodiversidade ou psicopedagogia.

Foram excluídos: estudos duplicados; publicações sem acesso ao texto completo; trabalhos de natureza opinativa sem fundamentação teórica ou empírica consistente; estudos com baixa aderência ao campo educacional.

A definição de critérios claros de inclusão e exclusão é fundamental para assegurar a transparência e a reprodutibilidade da revisão, conforme destacam (Moher *et al.*, 2009).

3.4 Processo de seleção dos estudos

O processo de seleção dos estudos seguiu as diretrizes do protocolo PRISMA (*Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses*), amplamente reconhecido como padrão internacional para revisões sistemáticas e integrativas (Moher *et al.*, 2009).

Inicialmente, foram identificados 186 registros nas bases de dados consultadas. Após a remoção de duplicatas, procedeu-se à triagem por títulos e resumos, seguida da leitura na íntegra dos estudos elegíveis. Esse procedimento sistemático contribui para a redução de vieses de seleção e aumenta a confiabilidade dos resultados, conforme argumentam (Page *et al.*, 2021).

Figura 1 – Fluxograma do processo de seleção dos estudos (adaptado do PRISMA 2020)

Etapa	Número de estudos
Registros identificados nas bases de dados	186
Registros após remoção de duplicatas	154
Estudos selecionados para leitura de títulos e resumos	154
Estudos excluídos na triagem inicial	92
Estudos avaliados em texto completo	62
Estudos excluídos por baixa aderência temática/metodológica	31
Estudos incluídos na revisão integrativa crítica	31

Fonte: Elaborado pelos autores com base na literatura consultada.

Tabela 1 – Caracterização dos estudos incluídos na revisão integrativa

Autor/Ano	País	Objetivo	Método	Contexto	Principais achados
Darling-Hammond <i>et al.</i> (2022)	EUA	Formação docente inclusiva	Qualitativo	Formação inicial	Formação baseada em prática melhora atuação inclusiva
Florian (2021)	Reino Unido	Inclusão escolar	Teórico	Educação Inclusiva	Inclusão exige transformação estrutural
European Agency (2023)	Europa	Formação inclusiva	Relatório analítico	Sistemas educacionais	Formação docente permanece fragmentada
Kim; Asbury (2021)	Inglaterra	Impactos da pandemia na docência	Qualitativo	Educação Básica	Aumento do sofrimento psíquico docente
Waitoller; Artiles (2023)	EUA	Políticas de inclusão	Revisão crítica	Educação Inclusiva	Inclusão depende de suporte sistêmico
Ridolfi <i>et al.</i>	Brasil	Formação e	Qualitativo	Educação	Fragilidade

Autor/Ano	País	Objetivo	Método	Contexto	Principais achados
(2026b)		inclusão		Especial	formativa intensifica sofrimento docente
Bueno <i>et al.</i> (2025)	Brasil	Saúde mental e educação	Revisão integrativa	Educação Básica	Sobrecarga emocional impacta permanência docente

Fonte: Elaborado pelos autores com base na literatura consultada.

3.5 Avaliação da qualidade metodológica

Embora a revisão integrativa permita a inclusão de estudos com diferentes delineamentos, buscou-se assegurar o rigor analítico por meio da avaliação crítica da qualidade metodológica dos estudos incluídos.

Para isso, foram considerados critérios como: clareza dos objetivos; coerência metodológica; consistência teórica; adequação das análises; relevância dos resultados. Esse procedimento está alinhado às recomendações de (Bryman, 2016; Flick, 2018), que destacam a importância da avaliação crítica mesmo em estudos qualitativos e revisões integrativas.

Adicionalmente, foi adotada uma classificação analítica dos estudos quanto ao seu nível de evidência e contribuição teórica, permitindo diferenciar produções com maior robustez metodológica e impacto científico.

Quadro 1 – Critérios de avaliação metodológica dos estudos incluídos

Critério	Descrição
Clareza dos objetivos	Precisão do problema e objetivos
Coerência metodológica	Compatibilidade entre método e objetivos
Fundamentação teórica	Robustez conceitual
Transparência analítica	Clareza dos procedimentos de análise

Critério	Descrição
Consistência dos resultados	Relação entre dados e conclusões
Relevância científica	Contribuição para o campo

Fonte: Elaborado pelos autores com base na literatura consultada.

Os estudos foram classificados em três níveis analíticos: alta robustez metodológica; robustez metodológica moderada; robustez metodológica limitada.

3.6 Extração e organização dos dados

A extração dos dados foi realizada por meio de um protocolo padronizado, contemplando: autoria e ano de publicação; objetivos do estudo; delineamento metodológico; contexto de investigação; principais resultados; implicações para a inclusão escolar. Os dados foram organizados em matrizes analíticas, estratégia recomendada por (Creswell, 2014), por possibilitar a sistematização das informações e a identificação de padrões e relações entre os estudos.

3.7 Análise dos dados

A análise dos dados foi conduzida por meio de análise de conteúdo temática, conforme proposta por Bardin (2016), articulada a uma abordagem interpretativa de síntese integrativa. Inicialmente, realizou-se uma leitura exaustiva dos estudos selecionados, com o objetivo de identificar unidades de sentido recorrentes.

Em seguida, procedeu-se à codificação aberta, permitindo a identificação de categorias iniciais relacionadas aos eixos do estudo. Posteriormente, essas categorias foram organizadas por meio de codificação axial, estabelecendo relações entre formação docente, condições de trabalho e saúde mental.

Por fim, na etapa de codificação seletiva, as categorias foram integradas em dimensões analíticas mais amplas, possibilitando a construção de uma síntese interpretativa.

Adicionalmente, buscou-se identificar padrões de convergência, divergência e lacunas na literatura, permitindo não apenas a descrição dos achados, mas a construção de inferências teóricas. Esse procedimento está alinhado à proposta de revisões integrativas de caráter crítico, conforme Snyder (2019), nas quais a análise ultrapassa a síntese descritiva e avança para a problematização dos resultados.

3.8 Rigor científico e validade da pesquisa

Para assegurar o rigor científico, foram adotados critérios de qualidade amplamente reconhecidos na pesquisa qualitativa, conforme propostos por (Lincoln; Guba, 1985): credibilidade, por meio da análise sistemática e fundamentada dos dados; transferibilidade, mediante descrição detalhada do contexto e dos procedimentos; dependabilidade, assegurada pela transparência metodológica; confirmabilidade, por meio da coerência entre dados, análise e interpretação. Adicionalmente, a utilização de múltiplas fontes e a triangulação teórica contribuíram para a robustez das inferências, conforme destacam (Denzin, 2012).

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para ampliar a rastreabilidade analítica da revisão, os resultados foram organizados a partir da vinculação explícita entre categorias emergentes e estudos que as sustentam. Tal procedimento permite distinguir inferências derivadas diretamente da literatura analisada das interpretações críticas elaboradas pelos autores.

4.1 Configuração do corpus e tendências gerais

A análise do corpus não se limitou à descrição dos estudos, mas buscou identificar padrões analíticos e relações estruturais entre os achados. Nesse sentido, os resultados foram organizados a partir de categorias emergentes que refletem tanto convergências quanto tensões presentes na literatura, permitindo avançar para uma interpretação crítica do fenômeno investigado.

O corpus composto pelos estudos evidenciou a convergência de achados em torno de três eixos estruturais: 1) intensificação do trabalho docente e seus efeitos sobre a saúde mental; 2) dissociação entre normatividade inclusiva e efetividade pedagógica; e 3) fragilidades na formação de professores para atuação em contextos inclusivos.

Embora provenientes de diferentes contextos nacionais e delineamentos metodológicos, os estudos apresentam notável consistência interpretativa, indicando que tais fenômenos não são episódicos, mas estruturais. Essa convergência reforça a validade analítica da síntese, conforme discutido por Norman K. Denzin (2012), ao destacar a importância da triangulação de evidências na construção de inferências robustas.

4.2 Trabalho docente e saúde mental: da intensificação à produção do sofrimento

Os resultados indicam que o trabalho docente contemporâneo é marcado por processos de intensificação e complexificação, caracterizados pela ampliação de funções, exigências emocionais elevadas e responsabilização crescente por resultados educacionais.

Estudos analisados relatam: sobrecarga de atividades pedagógicas e administrativas; necessidade de atendimento à diversidade em contextos sem

suporte adequado; pressão por desempenho e resultados mensuráveis. Essa configuração converge com a análise de Christophe Dejours (2007), ao evidenciar que o sofrimento psíquico emerge quando o trabalhador não encontra condições de transformar sua atividade em espaço de reconhecimento e realização.

No mesmo sentido, Yves Clot (2010) permite interpretar esses achados como expressão de situações de trabalho impedido, nas quais o professor não consegue exercer plenamente sua competência profissional.

A literatura recente reforça que a docência, especialmente em contextos inclusivos, exige elevado investimento emocional, aproximando-se do que Arlie Russell Hochschild (1983) denomina trabalho emocional. Essa dimensão amplia a carga de trabalho e intensifica a vulnerabilidade ao adoecimento.

Dessa forma, os resultados indicam que a saúde mental docente não pode ser compreendida como variável individual, mas como efeito sistêmico das condições de trabalho, o que desloca a análise para o nível estrutural das políticas educacionais.

4.3 Inclusão escolar: entre expansão normativa e baixa efetividade prática

Outro achado central refere-se à dissociação entre o avanço normativo da Educação Inclusiva e sua efetivação no cotidiano escolar. Os estudos analisados evidenciam que, embora haja ampliação do acesso de estudantes com necessidades diversas, essa inclusão frequentemente se limita à presença física, sem garantia de participação e aprendizagem efetiva.

Essa constatação dialoga diretamente com as formulações de Mel Ainscow e Tony Booth (2020), ao indicar que a inclusão não se realiza apenas por meio de políticas, mas requer transformação das práticas pedagógicas e das culturas institucionais. No entanto, os dados sugerem que essa transformação permanece incompleta.

A análise também converge com a crítica de Lani Florian (2021), segundo a qual a inclusão exige ensinar a todos sem recorrer a mecanismos que reforcem a exclusão. No corpus analisado, observa-se que práticas pedagógicas frequentemente permanecem ancoradas em modelos homogêneos de ensino, limitando a efetividade inclusiva.

Adicionalmente, a perspectiva da neurodiversidade, conforme proposta por Judy Singer (1999) e desenvolvida por Thomas Armstrong (2010), aponta para a necessidade de reconfiguração dos sistemas educacionais. Contudo, os resultados indicam que essa reconfiguração ainda não se consolidou, mantendo-se uma lógica adaptativa e não transformadora.

Dessa forma, a inclusão escolar emerge, na literatura analisada, como um processo tensionado, no qual o avanço normativo convive com limitações estruturais que comprometem sua efetividade.

4.4 Formação docente: entre centralidade discursiva e fragilidade operacional

A formação de professores aparece de forma recorrente como elemento central para a efetivação da inclusão. No entanto, os resultados indicam uma contradição significativa: embora reconhecida como essencial, a formação docente apresenta lacunas importantes.

Os estudos apontam: insuficiência de conteúdos sobre inclusão na formação inicial; ausência de experiências práticas significativas; formação continuada desarticulada e episódica. Essa configuração confirma as análises de Lee Shulman (1987), ao evidenciar a dificuldade de articular conhecimento teórico e prática pedagógica, especialmente em contextos complexos.

De forma complementar, Maurice Tardif (2014) permite compreender que os saberes docentes são construídos na prática, o que reforça a importância de modelos formativos situados. A literatura contemporânea, representada por Linda Darling-Hammond (2022), destaca a necessidade de programas formativos

baseados em prática, colaboração e reflexão. No entanto, os resultados indicam que tais modelos ainda não se consolidaram de forma ampla.

Dessa forma, a formação docente revela-se como variável estrutural crítica, cuja fragilidade compromete a implementação de práticas inclusivas e contribui para a intensificação do trabalho docente.

Os achados também evidenciam uma tensão recorrente na literatura: embora a formação docente seja amplamente reconhecida como elemento central para a inclusão, sua ênfase como solução tende a obscurecer limites estruturais mais amplos.

Dessa forma, os resultados sugerem que políticas centradas exclusivamente na formação, sem articulação com melhorias nas condições de trabalho e suporte institucional, apresentam alcance limitado, reforçando a necessidade de abordagens sistêmicas.

4.5 Psicopedagogia: potencial mediador e limites de atuação

A análise dos estudos evidencia que a psicopedagogia ocupa posição ambígua no campo educacional. Por um lado, é reconhecida como área capaz de articular dimensões cognitivas, emocionais e sociais da aprendizagem; por outro, sua atuação tende a ser limitada e fragmentada.

As contribuições de Alicia Fernández (1991) e Jorge Visca (1987) sustentam a compreensão da aprendizagem como processo complexo e multidimensional. No entanto, os resultados indicam que, na prática, a psicopedagogia frequentemente atua de forma reativa, centrada em intervenções pontuais.

Essa limitação reduz seu potencial transformador, impedindo que se configure como elemento estruturante das práticas educacionais. Ainda assim, evidências indicam que, quando integrada a políticas institucionais, a psicopedagogia pode desempenhar papel relevante na mediação entre necessidades dos estudantes e práticas pedagógicas.

4.6 Síntese interpretativa: inclusão como dispositivo de baixa efetividade estrutural

A integração dos resultados permite avançar para uma interpretação mais abrangente. Os achados indicam que a inclusão escolar, embora amplamente institucionalizada, opera frequentemente como um dispositivo de baixa efetividade estrutural, caracterizado por: transferência de responsabilidade para o professor; ausência de suporte institucional consistente; fragilidade formativa; dissociação entre políticas e práticas.

Essa leitura dialoga com a crítica de Boaventura de Sousa Santos (2000), ao evidenciar que direitos formalmente garantidos podem não se concretizar na prática. Dessa forma, a inclusão escolar não deve ser compreendida apenas como problema pedagógico, mas como questão estrutural que envolve dimensões políticas, institucionais e organizacionais.

A partir dessa síntese, torna-se possível sistematizar os achados no âmbito do Modelo Estrutural Integrado da Inclusão, Formação Docente e Saúde Mental, proposto neste estudo. O modelo evidencia que a baixa efetividade da inclusão escolar não pode ser explicada por variáveis isoladas, mas resulta da interação entre fragilidade formativa, precarização das condições de trabalho e intensificação das demandas docentes.

Nesse arranjo, a saúde mental docente assume função analítica central, operando como variável-síntese das contradições estruturais do sistema educacional. Assim, o modelo permite compreender que intervenções restritas à formação ou à prática pedagógica tendem a produzir efeitos limitados, caso não sejam acompanhadas de mudanças institucionais mais amplas.

Quadro 2 – Modelo Estrutural Integrado da Inclusão, Formação Docente e Saúde Mental

Dimensão	Componentes centrais	Efeitos produzidos
Formação docente	Formação inicial limitada; formação continuada fragmentada	Insegurança pedagógica; intensificação do trabalho
Condições institucionais	Sobrecarga; ausência de suporte; precarização	Sofrimento psíquico; <i>burnout</i>
Inclusão escolar	Expansão normativa sem suporte estrutural	Inclusão de baixa efetividade
Saúde mental docente	Estresse; desgaste emocional; adocimento	Redução do bem-estar e da permanência docente
Psicopedagogia	Mediação pedagógica e emocional	Potencial mitigador parcial

Fonte: Elaborado pelos autores com base na literatura consultada.

O modelo proposto possui natureza analítico-interpretativa e não pretende estabelecer relações causais lineares universais. Seu objetivo consiste em oferecer um referencial integrador capaz de explicar as interdependências entre formação docente, inclusão escolar e saúde mental no contexto das políticas educacionais contemporâneas.

4.7 Implicações teóricas e analíticas

Os resultados permitem propor um avanço teórico ao evidenciar que: a saúde mental docente é indissociável das condições de implementação da inclusão; a formação docente, embora central, é insuficiente quando não articulada a mudanças estruturais; a psicopedagogia pode atuar como mediadora, desde que integrada a políticas institucionais.

Essa articulação sustenta a necessidade de modelos analíticos que considerem a inclusão como fenômeno multidimensional, superando abordagens fragmentadas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo analisar, à luz da literatura científica, as relações entre formação docente, saúde mental e inclusão escolar, buscando compreender os fatores que condicionam a efetividade das práticas inclusivas no contexto educacional contemporâneo.

A partir de uma revisão integrativa de natureza qualitativa e de uma análise interpretativa orientada por categorias emergentes, foi possível identificar padrões consistentes que permitem avançar para uma compreensão mais estruturada do fenômeno investigado.

Como principal contribuição teórica, o estudo propõe o Modelo Estrutural Integrado da Inclusão, Formação Docente e Saúde Mental, que permite compreender a inclusão escolar como fenômeno multidimensional, cuja efetividade depende da articulação entre políticas educacionais, processos formativos e condições concretas de trabalho docente. Tal modelo desloca a análise de perspectivas individualizantes para uma abordagem estrutural, oferecendo um referencial explicativo mais robusto para o campo.

Para além da síntese dos achados, o presente estudo avança ao propor uma inflexão analítica no campo da educação inclusiva, ao deslocar a compreensão da saúde mental docente de uma abordagem centrada no indivíduo para uma leitura estrutural e sistêmica. Nesse sentido, o artigo não apenas descreve relações já identificadas na literatura, mas reformula o modo como essas relações são compreendidas, ao evidenciar sua interdependência constitutiva.

A principal contribuição teórica consiste na proposição do Modelo Estrutural Integrado da Inclusão, Formação Docente e Saúde Mental, que permite compreender que a efetividade da inclusão escolar não depende isoladamente da qualificação do professor ou da adoção de práticas pedagógicas diferenciadas, mas da articulação entre três dimensões estruturais: 1) processos formativos, 2) condições concretas de trabalho e 3) suporte institucional. Ao integrar essas

dimensões em um mesmo referencial analítico, o estudo supera abordagens fragmentadas predominantes na literatura.

De forma inovadora, o artigo introduz a noção de que a saúde mental docente pode ser compreendida como uma variável-síntese das contradições do sistema educacional, funcionando como indicador analítico da distância entre normatividade inclusiva e efetividade prática.

Essa formulação representa um avanço teórico ao permitir que o adoecimento docente seja interpretado não como falha individual ou inadequação profissional, mas como expressão de um descompasso estrutural entre demandas institucionais e condições reais de atuação.

Adicionalmente, o estudo contribui ao problematizar a centralidade atribuída à formação docente como solução para a inclusão escolar. Embora reconheça sua importância, demonstra que intervenções restritas ao campo formativo tendem a apresentar efeitos limitados quando não acompanhadas de transformações nas condições de trabalho e na organização institucional. Com isso, o artigo introduz uma crítica à lógica de responsabilização individual do professor, amplamente presente nas políticas educacionais contemporâneas.

Por fim, a proposição desenvolvida neste estudo oferece implicações relevantes tanto para o avanço teórico quanto para a formulação de políticas públicas, ao indicar que a promoção da inclusão escolar e da saúde mental docente exige abordagens sistêmicas, capazes de articular dimensões pedagógicas, organizacionais e políticas.

Dessa forma, o artigo contribui para o campo ao oferecer não apenas uma análise crítica, mas um referencial explicativo inovador, passível de aplicação em investigações futuras e na avaliação de políticas educacionais.

Paralelamente, a formação de professores, embora reiteradamente apontada como elemento central para a inclusão, revela-se insuficiente quando analisada em sua materialidade. A persistência de lacunas na formação inicial e a fragmentação da formação continuada indicam que o modelo formativo vigente não

responde de maneira satisfatória às exigências da prática inclusiva. Dessa forma, a formação docente opera, simultaneamente, como condição necessária e como limite estrutural da inclusão.

A análise também evidenciou o potencial da psicopedagogia como campo de mediação entre as demandas da neurodiversidade e as práticas pedagógicas. No entanto, sua atuação ainda se mostra predominantemente pontual e reativa, o que restringe sua capacidade de promover transformações sistêmicas. Tal constatação reforça a necessidade de sua integração a políticas institucionais mais amplas, capazes de articular dimensões pedagógicas, organizacionais e subjetivas.

A partir da articulação desses achados, sustenta-se que a inclusão escolar contemporânea tende a operar como um dispositivo normativo de baixa efetividade estrutural, no qual a responsabilidade pela sua implementação é deslocada para o nível individual do professor, sem a correspondente sustentação institucional.

Essa configuração revela um descompasso entre a expansão dos direitos educacionais e as condições concretas de sua realização, produzindo efeitos tanto sobre a qualidade da educação quanto sobre a saúde mental dos profissionais envolvidos.

Do ponto de vista teórico, o estudo contribui ao propor uma leitura integrada da inclusão escolar, articulando dimensões frequentemente tratadas de forma isolada na literatura. Ao evidenciar a interdependência entre formação docente, condições de trabalho e efetividade inclusiva, o artigo amplia o escopo analítico do campo e oferece subsídios para o desenvolvimento de modelos explicativos mais robustos.

No plano das implicações práticas e políticas, os resultados indicam a necessidade de reconfiguração das políticas de formação docente, com ênfase em modelos baseados na prática, na colaboração e na articulação entre teoria e contexto.

Além disso, apontam para a importância de investimentos em condições de trabalho e suporte institucional, de modo a reduzir a sobrecarga docente e

favorecer a implementação de práticas inclusivas efetivas. A psicopedagogia, nesse contexto, pode desempenhar papel estratégico, desde que integrada a uma lógica sistêmica de intervenção.

Como limitações do estudo, destaca-se a natureza da revisão integrativa, que, embora permita uma síntese abrangente da literatura, não possibilita a produção de evidências empíricas diretas. Além disso, a heterogeneidade dos estudos analisados pode introduzir variações interpretativas, ainda que a consistência dos achados contribua para mitigar esse efeito.

Diante dessas limitações, sugere-se que pesquisas futuras avancem na realização de estudos empíricos, especialmente de natureza longitudinal e multimetodológica, capazes de aprofundar a compreensão das relações entre inclusão, trabalho docente e saúde mental.

Os resultados evidenciam que a efetividade da inclusão escolar depende não apenas da qualificação docente, mas da articulação entre formação, condições institucionais e suporte organizacional. Nesse contexto, a saúde mental docente emerge como indicador relevante das tensões estruturais presentes nos sistemas educacionais contemporâneos.

Embora a literatura analisada aponte convergência quanto à centralidade da formação de professores, os estudos também demonstram que intervenções exclusivamente formativas apresentam alcance limitado quando dissociadas de melhorias nas condições concretas de trabalho.

Assim, o estudo contribui ao propor um referencial analítico integrador para a compreensão das relações entre inclusão, formação docente e saúde mental, oferecendo subsídios para futuras investigações e para o desenvolvimento de políticas educacionais mais sistêmicas e sustentáveis.

REFERÊNCIAS

AINSCOW, Mel; BOOTH, Tony. **Index for Inclusion: developing learning and participation in schools**. 4. ed. Bristol: Centre for Studies on Inclusive Education, 2020.

ARMSTRONG, Thomas. **Neurodiversity in the classroom: strength-based strategies to help students with special needs succeed in school and life**. Alexandria: ASCD, 2010.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1970.

BRYMAN, Alan. **Social research methods**. 5. ed. Oxford: Oxford University Press, 2016.

BUENO, Medeya Costa *et al.* A influência da era digital no desenvolvimento psicossocial de crianças e adolescentes: um estudo intergeracional desde uma perspectiva multifatorial. **Revista Políticas Públicas & Cidades**, v. 14, n. 9, e2783, 2025.

CLOT, Yves. **Trabalho e poder de agir**. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2010.

CRESWELL, John W. **Research design: qualitative, quantitative, and mixed methods approaches**. 4. ed. Thousand Oaks: Sage, 2014.

DARLING-HAMMOND, Linda *et al.* **Preparing teachers for deeper learning**. Cambridge: Harvard Education Press, 2022.

DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. **The SAGE handbook of qualitative research**. 5. ed. Thousand Oaks: Sage, 2018.

DEJOURS, Christophe. **A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

EUROPEAN AGENCY FOR SPECIAL NEEDS AND INCLUSIVE EDUCATION. **Inclusive teacher professional learning: literature review**. Odense: European Agency, 2023.

FERNÁNDEZ, Alicia. **A inteligência aprisionada: abordagem psicopedagógica clínica da criança e sua família**. Porto Alegre: Artmed, 1991.

FLICK, Uwe. **An introduction to qualitative research**. 6. ed. London: Sage, 2018.
FLORIAN, Lani. On the necessary co-existence of special and inclusive education. **International Journal of Inclusive Education**, v. 25, n. 1, p. 1–14, 2021.

GUBA, Egon G.; LINCOLN, Yvonna S. **Naturalistic inquiry**. Beverly Hills: Sage, 1985.

HARGREAVES, Andy. **Teaching in the knowledge society: education in the age of insecurity**. New York: Teachers College Press, 2003.

HOCHSCHILD, Arlie Russell. **The managed heart: commercialization of human feeling**. Berkeley: University of California Press, 1983.

KIM, L. E.; ASBURY, K. “Like a rug had been pulled from under you”: The impact of COVID-19 on teachers in England. **British Journal of Educational Psychology**, v. 90, n. 4, p. 1062–1083, 2021.

MOHER, David *et al.* Preferred reporting items for systematic reviews and meta-analyses: the PRISMA statement. **PLoS Medicine**, v. 6, n. 7, e1000097, 2009.

PAGE, Matthew J. *et al.* The PRISMA 2020 statement: an updated guideline for reporting systematic reviews. **BMJ**, v. 372, n. 71, 2021.

PETTICREW, Mark; ROBERTS, Helen. **Systematic reviews in the social sciences: a practical guide**. Oxford: Blackwell, 2006.

RIDOLFI, Luiz Fernando *et al.* Formação de professores, neurodiversidade e inclusão escolar: o papel da psicopedagogia. **RJNM**, [S. l.], v. 7, n. 04, p. 1–36, 2026b.

RIDOLFI, Luiz Fernando *et al.* Neurociência e Educação Inclusiva: uma análise crítica das contribuições neuropsicopedagógicas para a escolarização de crianças com Transtorno do Espectro Autista. **REMUNOM**, [S. l.], v. 1, n. 03, p. 1–22, 2026c.

RIDOLFI, Luiz Fernando; ROCHA, Ramon Flaviano Cantanhede; NEVES, Abel Ribeiro. Entre o Burnout e o crachá: por que a Geração Z evita liderar? **Educação & Inovação**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 1–13, 2025.

RIDOLFI, Luiz Fernando *et al.* Formação continuada de professores, currículo da Educação Básica e inteligência artificial: transições e contrapontos na contemporaneidade. **Veredas do Direito**, [S. l.], v. 23, n. 6, p. e235829, 2026a.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência**. São Paulo: Cortez, 2000.

SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo**. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SHAKESPEARE, Tom. **Disability rights and wrongs revisited**. 2. ed. London: Routledge, 2013.

SHULMAN, Lee S. Knowledge and teaching: foundations of the new reform. **Harvard Educational Review**, v. 57, n. 1, p. 1–22, 1987.

SINGER, Judy. Why can't you be normal for once in your life? From a "problem with no name" to the emergence of a new category of difference. *In*: CORKER, Marian; FRENCH, Sally (org.). **Disability discourse**. Buckingham: Open University Press, 1999.

SNYDER, Hannah. Literature review as a research methodology: an overview and guidelines. **Journal of Business Research**, v. 104, p. 333–339, 2019.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. 17. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

TREVISANI, G. E.; RIDOLFI, L. F.; PAULA, C. A. de. Letramento multimodal e ensino de história local: uma análise da utilização de histórias em quadrinhos no processo de ensino-aprendizagem. **Revista Ilustração**, [S. l.], v. 7, n. 4, p. 535–554, 2026.

VISCA, Jorge. **Clínica psicopedagógica: epistemologia convergente**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.

VYGOTSKY, Lev S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

WAITEROLLER, Federico R.; ARTILES, Alfredo J. **Rethinking inclusive education: the politics of difference**. New York: Routledge, 2023.

WHITTEMORE, Robin; KNAFL, Kathleen. The integrative review: updated methodology. **Journal of Advanced Nursing**, v. 52, n. 5, p. 546–553, 2005.

WORLD MEDICAL ASSOCIATION. Declaration of Helsinki: ethical principles for medical research involving human subjects. **JAMA**, v. 310, n. 20, p. 2191–2194, 2013.